

mente como Vattimo, por exemplo. É possível que estes diálogos ocorram no segundo volume de seu trabalho. Com efeito, sua obra merece destaque e discussão em meios acadêmicos.

Jefferson Zeferino\*  
Rua São Pio X, 442, ap. 23  
Ahú  
80540-240 Curitiba – PR/BRASIL  
E-mail: jefferson.zeferino@hotmail.com

ALBERIGO, Giuseppe. **Transizione epocale**. Studi sul Concilio Vaticano II. Bologna: Società Editrice il Mulino, 2009. 895 p., 151 x 210mm – ISBN 978-88-15-12769-3.

A extensa obra do teólogo e historiador Giuseppe Alberigo agora recenseada é constituída por estudos já publicados em livros e revistas num raio de quase três décadas. Ligado ao *Istituto Per Le Scienze Religiose* de Bolonha, Alberigo foi um profundo conhecedor da história dos concílios, máxime do Vaticano II, que ele vivenciou *por dentro*, tendo participado de sua preparação, realização e recepção. No prefácio, o teólogo e cardeal Karl Lehmann faz saber que a maior contribuição de Alberigo à história, à história da Igreja e à Igreja católica foi a articulação entre evento e decisão. O cristianismo é um fato de história. Consequentemente, a mesma afirmação vale para os concílios. Esse senso histórico é um antídoto contra a tentação do docetismo eclesiológico. É com honesto realismo impregnado de fé que devemos encarar a história da Igreja e de seus concílios, onde não faltam lances humanos, às vezes até demasiadamente humanos. Assim, é a partir do evento conciliar em toda a sua complexidade que podem ser compreendidas as decisões definitivas em sua formação, em seu conteúdo, em seu alcance. Na introdução, Alberto Melloni afirma que Alberigo possuía “aquele *quid* não propriamente definido que se chama senso histórico”. Estamos, pois, diante de uma obra escrita por alguém que além da competência científica possuía o senso da história impregnado de uma fé viva. Dado o tamanho do livro e a riqueza nele contida, limito-me a destacar alguns aspectos que considero de maior relevância.

A primeira parte apresenta os critérios hermenêuticos para uma história do Vaticano II. Esses critérios se resumem no concílio-evento, na intenção de João XXIII, na natureza “pastoral” do concílio, no *aggiornamento*. Abriu-se uma nova perspectiva diferente daquela em que se colocara o concílio de Trento, centrado na doutrina e na disciplina. A perspectiva é nova, mas em continuidade com a

tradição. O Vaticano II foi mais do que os textos nele aprovados e devia marcar um ponto de não-retorno no itinerário bimilenário do cristianismo. Até que ponto isso se cumpriu? A seguinte observação de Alberigo ajuda na resposta ainda em aberto à pergunta posta acima: *Nas encíclicas do papa Wojtyła parece quase que o Vaticano II seja visto sobretudo como síntese conclusiva do catolicismo moderno, mais do que como chamado do Espírito à Igreja para que se renove de modo a tornar-se idônea para repropor a mensagem de salvação à humanidade contemporânea. Segundo essa ótica a recepção do concílio teria como critério de discernimento a homogeneidade orgânica com o catolicismo pós-tridentino, de maneira que tudo quanto sai fora desse quadro é considerado suspeito e avaliado com particular cautela* (p. 64). Não foi isto o que aconteceu durante o longo pontificado do papa polonês? Esta pergunta põe uma outra: o que vem impedindo e pode continuar a impedir uma recepção fiel e criativa do Vaticano II? Alberigo abre pistas de resposta e indica elementos para superar os impasses presentes. Entre os elementos para a superação de tais impasses contam-se a valorização e o desenvolvimento dos valores evangélicos que, no concílio, o Espírito propôs à Igreja, a centralidade da fé com sua força geradora, o contato com a grande e multiforme Tradição.

A segunda parte começa com um estudo sobre a complexa relação entre João XXIII e a convocação, preparação e realização do Vaticano II. Em seguida, vem a fase antepreparatória com seus embates cruciais em torno da tentativa de controle do futuro concílio pela Cúria romana e a atuação corajosa de bispos como Suenens, Léger, Frings e Lercaro. Seria o concílio uma retomada do Vaticano I suspenso em 1870? O nome de Vaticano II deixou claro que se tratava de um novo concílio, embora fosse possível certa continuidade com o concílio anterior. As dificuldades em torno dos órgãos diretivos do concílio, a solução encontrada por Paulo VI em vista da direção dos trabalhos conciliares e o sotoposto problema das relações entre o papa e o concílio são outros pontos estudados do ponto de vista da teologia e da história. Avançou-se nessa última questão como aparece claramente na expressão “una cum venerabilibus patribus”. Ela afirma a autoridade do papa, unindo-a, porém, aos padres conciliares, irmãos do papa no episcopado.

Alberigo comenta a *Nota Explicativa Praevia* acrescentada à *Lumen Gentium*. Embora ainda haja muito a ser esclarecido, deve-se ter presente que essa nota não constitui um ato conciliar solene. Ela foi produzida por uma comissão doutrinal que a elaborou fora e em sentido contrário aos resultados dos debates e das votações conciliares, tendo sido comunicada ao concílio sem pedir o parecer da grande assembleia eclesial. Conclui o teólogo-historiador bolonhês: *Qualquer que seja a hermenêutica seguida, não há dúvida que a Nota explicativa praevia deva ser lida e interpretada com base na Lumen Gentium, ao passo que o procedimento inverso é uma aberração carente de qualquer fundamento. Em consequência, tudo aquilo que na Nota explicativa praevia contradiz, contrasta ou mesmo acha-se em dissonância com a Lumen Gentium não possui valor algum* (p. 323s).

\* Jefferson Zeferino, mestre e doutorando em teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, PUCPR. Membro da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, IECLB. Membro do Movimento Ecumênico de Curitiba, MOVEC. Membro do Grupo de Pesquisa de Ecumenismo e Diálogo Inter-religioso da PUCPR. Bolsista CAPES. Orientando de Clodovis Boff.

Segue a abordagem de questões como a presença de observadores não-católicos, o concílio e o mundo, a experiência da responsabilidade episcopal feita pelos bispos durante o Vaticano II. Com elas, abrem-se pistas para o devenir da eclesiologia. Um extenso estudo sobre Giuseppe Dossetti e o concílio conclui esta parte. Giuseppe Dossetti é um personagem a ser descoberto pela história da Igreja contemporânea, dado o valor de sua reflexão teológica e de seu testemunho de vida.

A terceira parte historia o Vaticano II, referindo-se às preparações remotas e imediatas, à grande tradição conciliar e à herança do referido concílio. É acentuada a importância da liturgia e os percalços vividos por ela entre a acentuação disciplinar assumida por Trento e intensificada no período pós-tridentino até o longo processo de renovação teológico-pastoral confirmado pelo Vaticano II. O texto citado a seguir mostra a seriedade da liturgia e de sua renovação: *Não é possível realizar uma reforma litúrgica a não ser como conversão ao Evangelho, afrontando com coragem e fé alguns nós cruciais do modo de ser católico* (p. 521). Por sua vez, a afirmação da eclesiologia como disciplina teológica autônoma levou a uma inédita exaltação da dimensão institucional, pondo sempre mais à margem o espaço reconhecido ao influxo do Espírito Santo na vida cristã. Assim, estreitou-se a ligação entre santidade e “ortodoxia”, testemunho e obediência como fatores de comunhão. Com o Vaticano II reencontra relevo eclesial o seguimento global de Cristo e de seu Evangelho na dupla vertente da vida das comunidades eclesiais e no partilhar a condição humana juntamente com os demais seres humanos. Por isso, a recepção do Vaticano II não pode deixar de ser difícil e gradual, pois não se trata de fazer na Igreja uma maquiagem superficial, mas da renovação da Igreja em sua carne e seu sangue.

A quarta parte está centrada na sinodalidade-conciliaridade. Na medida em que a Igreja assumir caráter sinodal, deixará de ser entendida como uma organização de dimensão mundial e passará a ser compreendida como uma comunhão entre comunidades locais. Sua estrutura deixará de assemelhar-se a uma pirâmide onde a vida se desenrola sobre um eixo vertical com um ritmo descendente, e passará a ter uma imagem essencialmente horizontal e não-ascendente. Assim, a Igreja tornar-se-á uma comunhão de Igrejas, cada uma com seu bispo, situadas num plano de paridade. Serão verdadeiramente Igrejas-irmãs. Vivendo em comunhão de fé, os batizados formarão uma sinfonia de comunidades locais encarnadas na sociedade onde vivem e empenhadas na busca de fidelidade ao Evangelho. Alguns passos concretos foram dados nessa direção. Haja vista os sínodos diocesanos, o sínodo universal dos bispos e outras experiências. No sínodo universal dos bispos ainda subsistem dois aspectos problemáticos: a forma de participação dos responsáveis das congregações romanas, o caráter meramente consultivo e não deliberativo do sínodo. São nós à espera de ser desatados.

Nesta perspectiva por enquanto apenas delineada, o núcleo central e a norma unificante do ser da Igreja passa a ser o Evangelho, isto é, a encarnação, a cruz, a ressurreição, a Trindade, a *koinonia*, os pobres e a espera do Reino de Deus. As experiências e as estruturas do povo de Deus em caminhada se caracterizarão pela variabilidade e instrumentalidade.

Que conclusões tirar da história do Vaticano II? A quinta parte é dedicada a esta questão. Na perspectiva da relação entre o concílio e a transição epocal, são retomadas questões como o tempo de realização do concílio: muito cedo ou muito tarde?, o *aggiornamento* e a índole pastoral em sua profundidade, o concílio e o ecumenismo, a fisionomia da Igreja e o diálogo com o mundo, o Vaticano II e a tradição entendida como a transmissão da revelação cristã, as forças em jogo: episcopado, papa, cúria, opinião pública, a teologia no concílio, a transição epocal no duplo significado de passagem da época pós-tridentina e da cristandade para uma nova época, o primado da ação do Espírito Santo e não do papa, da Igreja e de seu universo doutrinal, os horizontes que se abrem para os bispos exercerem seu ministério, o significado histórico do Vaticano II, as fontes para o conhecimento dessa história.

A sexta parte é o epílogo intitulado *Conciliaridade, futuro da Igreja*. Depois de reconhecer que na sinodalidade-conciliaridade existe um consenso doutrinal que não corresponde ao consenso institucional, sendo este muito menos efetivo, Alberigo refere-se à necessidade de repensar uma nova concepção de Igreja, onde a comunhão anteceda a subsidiariedade e a sinodalidade-conciliaridade inclua cada fiel em Cristo e cada comunidade eclesial por pequena e periférica que seja. Nesta perspectiva, o bispo de Roma, na veneranda tradição petro-paulina, cumpre um serviço da maior significação para a diversidade na fraternidade em vista da sinfonia da unidade.

Recordo o destaque que, do começo ao fim, o livro aqui recenseado dá a São João XXIII. São inúmeras as referências à sua personalidade e a seu pontificado, especialmente no que tange à convocação, preparação e realização do Vaticano II em sua primeira fase. No santo e grande pastor, doutor e profeta se encontram não apenas uma santidade exemplar, mas também uma santidade programática de uma nova idade, da qual ele foi um antecipador.

O livro de Alberigo possibilita-nos um conhecimento histórico do Vaticano II embasado numa sólida teologia. Ele não deveria faltar na biblioteca dos centros de formação teológica por possibilitar um conhecimento vivo da história passada, pelas perspectivas que abre e por contribuir como um antídoto às ilusões restauradoras em voga.

*Antonio Alves de Melo*

Av. Ernani do Amaral Peixoto, 749

Centro

27.123-130 Barra do Pirai – RJ/BRASIL

E-mail: peantomelo@ig.com.br